

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA CIDADÃ RECIFE

Recife, 16 de Fevereiro de 2017.

PARTICIPANTES:

Paulo Moraes (Secretaria Executiva de Direitos Humanos da Prefeitura do Recife);
Sirley Vieira (Instituto Papai)
Renata Zovka (Prefeitura do Recife)
Margarida Soares (Prefeitura do Recife)
Adriana Maia (Gabinete Michele Collins)
Juliana Freire (Gabinete Michele Collins)
Gabriel Thomaz (Gabinete Michele Collins)
Ana Farias (Gerência de Controle Social)
José de Oliveira (MNU)
Adelço Caliarí (Instituto Boa Vista)
Fabiola Farias (Procuradoria do Município)
Amadou Touré (Centro Islâmico)
Isaac Machado (FIJ)
Michele Collins (Câmara dos Vereadores)
Wilma Melo (Sistema Prisional)

PAUTA:

1. Informes;

Às nove horas e trinta minutos do dia dezesseis de fevereiro de dois mil e dezessete, reuniram-se na sala de Reunião do Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos da Prefeitura do Recife, os integrantes dos órgãos supramencionados com o intuito de realizar a **SÉTIMA** reunião ordinária do Conselho Municipal de Direitos Humanos e Segurança Cidadã do Recife em 2017. Inicialmente, Paulo Moraes faz uma observação no que tange a presença de apenas 4 conselheiros no recinto, justificando que se trata de uma reunião atípica do mês de fevereiro por ser o mês de Carnaval. Pela composição do conselho, verifica-se que alguns dos Conselheiros/as já desenvolveram trabalhos em Presídios. Desde a reunião passada, cogitou-se a possibilidade em trazer Wilma Melo para fazer uma fala em relação a sua vasta experiência e pelo trabalho que desenvolve a mais de 30 anos, no sistema prisional pernambucano. Com a aprovação de todos/as, o convite foi feito e aceito e a mesma se

fez presente no recinto em data e horário marcados. A Wilma Melo inicia sua fala agradecendo o convite e mostra-se bastante solícita para atender a qualquer chamado que envolva a temática do sistema prisional. Ela enfatiza: "Prisão é um puxadinho da sociedade." "Prisão para quem? pobres, negros, analfabetos funcionais... essa é a grande pergunta. As pessoas que estão nas prisões com armas, facões, pistolas de um modo geral, esta situação não aconteceu de um dia para noite, foi um processo de falta de agentes penitenciários, falta de acompanhamento e de monitoramento. Ela relata que neste momento, encontra-se num processo de proteção e está nesta situação porque incomoda aos agentes penitenciários e aos presos também, porque denuncia que tem chaveiro e afirma que quem criou o chaveiro foi o Estado e essas pessoas que estão presas são oriundas dos seus municípios. Recife tem 7.000 presos no Aníbal Bruno (Curado), tem mais ou menos 700 pessoas na Colônia Penal Feminina (Engenho do Meio) e no estado de PE tem aproximadamente 31.000 pessoas presas, que por conseguinte, são 31 mil famílias em situação de vulnerabilidade e risco. Nós temos uma política tão deficitária que o preso ao receber a soltura, é dito para ele: "Pegue o alvará e peça ao motorista para lhe levar." Neste contexto, ela se pergunta: "Qual é a dignidade que essa pessoa terá??" Conta que participou do Pacto pela Vida, mas não se priorizou nada que foi proposto pelas conferências. Fala que o papel do Conselho é fazer uma política pública séria, nas comunidades, nas escolas. O que o filho de preso representa?? Uma professora que fala que a criança vai pelo mesmo caminho do Pai... o que esta fala replica nestas famílias? O tráfico dentro do sistema prisional é algo absurdo, e o que tem de organizações intrínsecas nas prisões, ela não consegue mensurar. Teve uma reunião na FUNASE e ficou decidido que os adolescentes que completaram 18 anos vão direto para o Cotel por danos ao matrimônio público (taxando como marginal). O que o Estado está fazendo quando toma essa atitude? Seria necessário lutar para alterar a lei ou fazer uma recomendação onde todos pactuem, criar protocolos para reduzir essa situação. Sirley ressalta, que existe uma falta de interesse do Estado, falta de qualificação para pessoas que trabalham, lotação, falta de políticas de prevenção, falha no judiciário quando não leva adiante o julgamento, relata que mais de 90% são homens e a grande maioria são negros e pardos e vem de comunidade periférica. Sirley trabalhou na FUNASE e saiu porque lá dentro não iria conseguir realizar muitas coisas, todos são misturados no mesmo espaço e é irrelevante o teor do crime/infração, todos tem a mesma culpa e a mesma responsabilidade, onde ficam

cada vez mais revoltados com a situação. Sirley também enfatiza que o índice de criminalidade aumenta a cada dia e ficou assustado que alguém do Conselho de Direitos Humanos disse que o ECA não prestava, não tinha serventia de nada e o mesmo ficou por deveras abismado com essa informação. Paulo Moraes propõe trazer para os municípios, as experiências exitosas que a Wilma Melo trás em sua bagagem no que se refere as suas viagens. Existe verba de assistência social para as pessoas em situação de vulnerabilidade, mas quem são essas pessoas? Em relação ao COTEL, a proposta é individualizar o pavilhão das selas especiais (quem sabe ler e escrever) para não misturar com os demais. José exclama: "Se depender de José de Oliveira, esse Conselho não será um puxadinho". Ele diz que o Marco Regulatório não é executado. O preso custa 3 mil reais e uma criança na sala de aula custa 300 reais. Quem está ganhando com essa diferença? Michele Collins fala que na Câmara dos Vereadores esta temática é prioridade e que já fizeram este trabalho no mandato passado, trouxeram autoridades para debater sobre isso e vem desenvolvendo este trabalho no Presídio Feminino. Ela atuou como Vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores. Ela enfatiza que o Conselho passou muito tempo desativado e foi uma ação da Casa José Mariano, de incentivar a reativação do mesmo, com audiências públicas, com várias reuniões com o Executivo para que pudesse voltar a funcionar e cumprir o seu papel na sociedade. Ela adverte que se sentiu ofendida, até por falta de conhecimento de alguns Conselheiros, ao comentarem da sua ausência nas reuniões do referido Conselho e ressalta que trabalha efetivamente nas demandas de Direitos Humanos e cobra sim aos superiores sobre as questões que estão pendentes, como por exemplo: a falta de acessibilidade dentro do recinto. A sua ausência, ela justifica, que foi pela falta de comunicação. Vai fazer a revisão da Lei Orgânica do Município e ela também faz parte da comissão e pede ao Conselho para criar uma pauta sobre isto. Ana Farias (Gerência de Controle Social) solicitou a Paulo Moraes para participar da reunião do CMDH e encontrou na explanação da Wilma Melo, sua colega de profissão e de militância, muitos pontos em comum no que se refere as temáticas explanadas e informa que está bastante satisfeita com a presença da Vereadora Michele Collins em trazer a notícia da atualização da Lei Orgânica do Município que é um dos temas do seu trabalho. Essa gerência que ela vai assumir é responsável em tentar articular os vários Conselhos da Secretaria, onde tem 9 Conselhos setoriais e que precisam estar conectados entre si para dá esse salto de qualidade na atuação. Ela está visitando os Conselhos e esta é a sua

primeira reunião. É vice-presidente do Conselho Municipal da Assistência e tem batalhado para que o próprio conselho procure os demais e um dos projetos que está trazendo pra sua gerência é um fórum inter-conselhos. José de Oliveira se coloca em relação a Vereadora Michele Collins e diz que aguardava o retorno da sua pessoa para se colocar. Ele destaca que tem a retaguarda de cunho jurídico de expressar o seu sentimento no processo de fiscalizador representando a Sociedade Civil e diz que em nenhum momento proferiu palavras para constrangê-la e reafirma que a preocupação dele, representando a Sociedade Civil com recorte racial, é de exercer o papel que o cabe neste conselho e outra coisa que ele coloca, é que a contribuição de qualquer cidadão é coletiva no conselho, esclarecendo também que não se preocupa apenas com este recorte racial e sim com assuntos que rodeiam a periferia. Sirley diz que no Conselho muitas coisas são deliberadas e não se tem o retorno e fez o levantamento deste material para enviar por email para os demais e que é importante saber o que foi retornado para o conselho para que o mesmo possa se reposicionar sobre isso. José, como contribuição, quer fazer cumprir a questão organizativa do Conselho, que possa nesse primeiro exercício definir a composição da executiva e a comissão de Direitos Humanos, definir quem fará parte da Coordenação e suplente, quem ficará responsável pela Secretaria de Finanças e pela Secretaria Executiva e também os 4 membros da comissão de Direitos Humanos para que possamos acolher todas essas demandas. A partir daí podemos abarcar os pleitos em curso, a exemplo da Casa dos Frios. Fabíola comenta que ninguém foi nomeado ainda para o conselho. Paulo diz que não tem como trabalhar a questão da organização agora, pois não tem ainda a composição plena (falta representantes da Secretária de Saúde, Educação, Mulher, Segurança Urbana...) e nem o próprio foi nomeado ainda, está representando o Conselho no ponto de vista de manter o compromisso. Faz a observação que tem que ter o espelho completo para fazer as eleições. Michele diz que precisar rever a questão da melhoria da comunicação do Conselho, agora que recebeu um ofício informando sobre as datas das reuniões do ano todo, no ano passado não tinha este procedimento, muitas vezes a secretária ficou ligando o tempo todo para saber destas reuniões. E houve um questionamento de um conselheiro (não sabe quem foi) que na imprensa lhe denunciou informando que a mesma não tinha interesse no conselho e este ocorrido foi bastante constrangedor. Fala que em relação a 1º reunião compareceu, teve que sair rapidamente porque tinha reunião com o Prefeito e disseram em algum determinado Blog, que só

compareceu para sair na foto. Comenta que algumas reuniões não foi comunicada e pede as atas das reuniões anteriores. Em relação a Lei orgânica informa que vai ter um prazo que vai depois do Carnaval até o dia 31/03 para apresentar as emendas parlamentares. Sirley relata que um jornalista o procurou para saber se a Vereadora estava presente no Conselho ou não e o mesmo passou as informações cabíveis. O conselho reafirma que foi enviado para a Vereadora Michele Collins (Câmara dos Vereadores) e a Maria de Lourdes Araújo (Clube de Mães da I Travessa) um ofício deliberando o desligamento por conta das ausências contínuas. Paulo comenta que as faltas que não foram justificadas por ambas, caberá as penalidades legais como determina o regimento, no artigo 6 e parágrafo 3 da lei (O conselheiro não poderá ter 5 faltas alternadas e 3 seguidas).



WELLINGTON PASTOR

Vice Presidência CMDH



ANA LÍGIA VANDERLEI

Secretária "ad hoc" CMDH